



RELATÓRIO

E CONTAS

2022

Montepio Euro Healthcare

**Fundo de Investimento
Mobiliário Aberto de Acções**

 **Montepio** *Gestão de Activos*

Grupo Montepio

Fundo

Montepio Euro Healthcare - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções

Sociedade Gestora

Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Capital Social 2.857.155 €

Nº Único de Matrícula de Pessoa Coletiva 502608722

Rua do Carmo, nº 42, 7º andar, sala D, 1200-094 Lisboa

geral@gestaoactivos.montepio.pt

www.montepiogestaoactivos.pt



Índice

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Sumário executivo e factos relevantes do exercício

Enquadramento macroeconómico

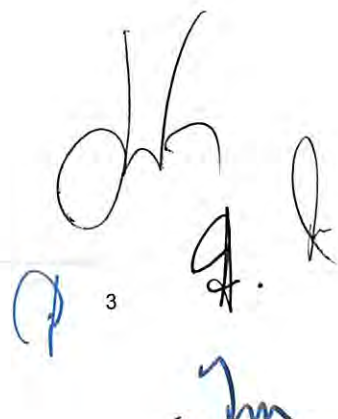
Evolução da atividade

Perspetivas futuras

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA



1. RELATÓRIO DE GESTÃO



Sumário executivo e factos relevantes do exercício

O Fundo Montepio Euro Healthcare - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções, doravante denominado Fundo ou Montepio Euro Healthcare, iniciou a sua atividade em 7 de maio de 2007, visando a constituição de uma carteira diversificada de ações da União Europeia, Suíça e Noruega, de empresas que operam no sector da saúde e dos cuidados de saúde.

O valor total da carteira do Fundo era, a 31 de dezembro de 2022, de 15.449.647,04 €.

Os Resultados do Fundo foram negativos em cerca de 1,44 milhões de euros (M€).

O ano de 2022 mostrou, em termos globais, o acentuar do recrudescimento das tensões geopolíticas, especialmente no que respeita ao deflagrar da guerra na Ucrânia, com as consequentes perturbações nas cadeias de fornecimento global e o aumento da volatilidade dos preços, numa primeira fase mais notória nos setores da energia e alimentar, alargando-se posteriormente à generalidade dos setores de atividade, contribuindo para aumentar os níveis de incerteza global na economia e gerando acrescida pressão inflacionista, com reflexos ao nível da subida das taxas de juro nas principais economias, em consequência das intervenções de política monetária por parte da generalidade dos bancos centrais, através do aumento das taxas de juro de referência.

No que respeita ao mercado global dos fundos de investimento, o exercício de 2022 fechou com uma redução de cerca de 1,6 mil milhões de euros (mM€) em relação a 2021, invertendo o ciclo de crescimento observado nos três anos anteriores, essencialmente explicado pelo *"facto de o montante de unidades de participação amortizadas ter superado em 1,4 mil milhões de euros o montante emitido"*, conforme aponta o Banco de Portugal (BdP) na sua publicação "Fundos de investimento: nota de informação estatística de dezembro de 2022", de 10 de fevereiro de 2023. Ainda segundo a mesma publicação, os fundos de ações registaram um comportamento inverso, com as subscrições a superarem os resgates em cerca de 400 milhões de euros (M€), onde se incluiu o Fundo Montepio Euro Healthcare, que observou idêntico comportamento, apresentando um saldo positivo de 2,8 M€, no final de 2022.

Enquadramento macroeconómico

Economia

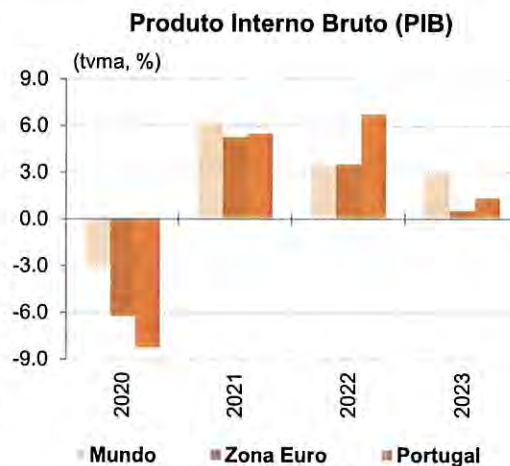
Economia Mundial

Na atualização do *World Economic Outlook (WEO)*, em 31 de janeiro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) previu um crescimento da economia global (em paridade do poder de compra) de 2,9% para 2023, mais 0,2 p.p. (pontos percentuais) do que o projetado em outubro, embora representando um abrandamento face aos 3,4% estimados para 2022.

O FMI prevê igualmente que a economia global volte a acelerar em 2024 (+3,1%), mas devendo permanecer a crescer abaixo da média anual de 3,8% no período 2000/2019. Segundo o FMI, há dois importantes fatores a pesar na economia global: a resposta ao aumento da inflação e a guerra na Ucrânia. Apesar disso, o FMI considera que as perspetivas são menos sombrias do que no início do ano, quer em relação ao crescimento económico, quer sobre a inflação, cuja média global deverá cair de 8,8% em 2022 para 6,6% em 2023 e 4,3% em 2024 (embora ainda acima do valor médio pré-pandemia, entre 2017 e 2019, de 3,5%).

O FMI assinala que a política monetária está a contribuir para a descida da inflação, apesar da inflação *core* – que exclui preços de energia e de alimentação – ainda não ter atingido o seu pico em muitos países.

O FMI identifica também os efeitos favoráveis da reabertura da economia chinesa, após a política de “Covid-zero” adotada nesse país, referindo que a repentina abertura da China cria as condições para uma recuperação rápida da atividade. Também as condições financeiras internacionais melhoraram por causa de uma menor pressão da inflação, enquanto a desvalorização do dólar nos últimos meses, desde o seu pico em novembro, permite uma ligeira recuperação nas economias emergentes e em desenvolvimento.



[Handwritten signatures and initials]

Economia da Zona Euro

A atividade económica na região arrancou o ano de 2022 a exibir um crescimento em cadeia de 0,6% no 1.º trimestre, tendo acelerado, inesperadamente, no 2.º trimestre, para um crescimento de 0,9%, não obstante o impacto do conflito militar na Ucrânia, e continuado a crescer ao longo da 2.ª metade do ano, apesar de em abrandamento (+0,3% e +0,1% nos 3.º e 4.º trimestres). Depois do crescimento médio anual da Zona Euro de 5,3% em 2021, que sucedeu à forte contração de 6,3% em 2020, a economia da região conseguiu expandir-se 3,5% em 2022, superando as expectativas da generalidade das entidades internacionais e com o melhor final de 2022 a implicar também uma revisão em alta das perspetivas para 2023.

Consequentemente, o FMI reviu em alta, no final de janeiro, a sua anterior previsão de crescimento do PIB da Zona Euro (divulgada em outubro de 2022), de 0,5% para 0,7%, o mesmo tendo sido feito pela Comissão Europeia, em meados de fevereiro, dos 0,3% (previstos em novembro de 2022) para 0,9%, superando as projeções da generalidade das restantes entidades (em novembro, a OCDE previu +0,5%, ao passo que o Banco Central Europeu (BCE) previu +0,5% em dezembro).

Ao longo do ano de 2022, assistiu-se a uma subida galopante da inflação – a taxa de crescimento homólogo do Índice Harmonizado de Preços do Consumidor (IHPC) passou de 5,0% em dezembro de 2021, para 9,2% em dezembro de 2022, tendo atingido em outubro um pico de 10,6%, que representou máximos desde setembro de 1982 (+10,7%) –, que refletiu, em grande medida, a evolução dos preços da energia (problema que já se verificava e que foi exacerbado com o início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia), tendo, posteriormente, começado a alastrar-se aos demais bens e serviços.

Face a esse contexto de elevada inflação, o BCE deu início ao processo de retirada gradual dos estímulos monetários, com o primeiro momento a ocorrer em março de 2022, com o término do programa de compra de ativos devido à emergência pandémica (*pandemic emergency purchase programme* – PEPP), e um segundo momento a ocorrer no final de junho, com o término das aquisições líquidas de ativos ao abrigo do seu programa de compra de ativos (*asset purchase programme* – APP), tendo depois, ao longo da 2.ª metade do ano, iniciado o ciclo de subidas das suas taxas de juro diretoras, com subidas nas reuniões de julho (de 50 p.b.), de setembro e outubro (ambas de 75 p.b.) e de dezembro (de 50 p.b.).

Tratou-se do mais agressivo ciclo de subida de taxas de juro do BCE, com as taxas de referência a aumentarem 250 p.b. em cinco meses, quando em ciclos anteriores esses aumentos, no mesmo prazo, foram entre 50 p.b. e 100 p.b. Consequentemente, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (*refi rate*) fechou o ano de 2022 nos 3,00% e a taxa de

depósitos nos 2,50%, tendo o BCE prosseguido este ciclo de subidas já em 2023 (subiu em 50 p.b. em fevereiro).

Economia Portuguesa

O PIB português iniciou o ano de 2022 a exibir uma forte e inesperada expansão em cadeia de 2,4% no 1.º trimestre, a acelerar bastante face ao trimestre anterior (+1,9%) e a superar os anteriores máximos históricos registados no 4.º trimestre de 2019, ultrapassando, assim, os níveis pré-pandemia.

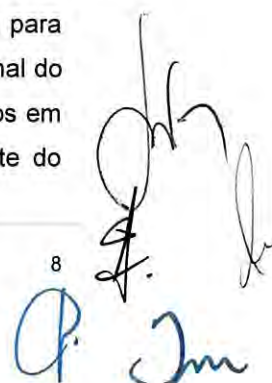
Após um abrandamento no 2.º trimestre de 2022, com uma subida de apenas 0,1% (em parte resultante da correção técnica dos problemas estatísticos de medição da atividade que se terão observado no 1.º trimestre), o PIB voltou a acelerar na 2.ª metade do ano, acabando por superar as expectativas da generalidade das entidades (+0,4% e +0,2% nos 3.º e 4.º trimestres).

Em termos anuais, o PIB registou, assim, um crescimento de 6,7% em 2022, o ritmo mais elevado desde 1987, depois da expansão de 5,5% em 2021 e da diminuição histórica de 8,3% em 2020, na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia Covid-19 na atividade económica, tendo fechado 2022 cerca de 3,2% acima do PIB em 2019.

Para 2023, é esperado um marcado abrandamento do crescimento, com o Governo a assumir no Orçamento de Estado para 2023 (OE 2023), publicado em outubro de 2022, um crescimento de 1,3%, abaixo dos 1,5% previstos posteriormente (em dezembro de 2022) pelo Banco de Portugal (BdP), mas acima das previsões das principais entidades internacionais (a OCDE previu +1,0% em novembro e a Comissão Europeia +0,7%, ao passo que o FMI projetou, ainda em outubro, +0,7%).

Ao nível dos preços, e tal como sucedeu na Zona Euro e praticamente a nível global, assistiu-se também a um forte agravamento da taxa de inflação (medida pelo IHPC) ao longo de 2022, a qual passou de 2,8% em dezembro de 2021, para 9,8% em dezembro de 2022, tendo em outubro atingido 10,6%, um máximo desde o início da série histórica, em janeiro de 1996, com a inflação média anual a ascender a 8,1% para 2022 (+0,9% em 2021). Tal como observado na Zona Euro, as pressões inflacionistas consolidaram-se ao longo do ano, alastrando-se dos preços da energia e dos alimentos para a generalidade das classes de bens e serviços.

No mercado laboral, observou-se, segundo as estimativas mensais do Instituto Nacional de Estatística (INE), um aumento da taxa de desemprego, dos 5,9% de dezembro de 2021 para 6,7% em dezembro de 2022, traduzindo o agravamento observado, sobretudo, na reta final do ano, mas registando-se, em termos anuais, uma redução desta taxa, dos 6,6% verificados em 2021 para 6,0% em 2022. O diferencial entre o crescimento da produtividade aparente do



trabalho e o crescimento dos salários em termos reais alargou-se muito substancialmente em 2022, tendo atingido um valor máximo desde 1972. De acordo com as previsões de novembro da Comissão Europeia, deverá observar-se em 2023 uma redução dos salários reais, pelo 2.º ano consecutivo, conduzindo a uma perda acumulada em 2022 e 2023 de cerca de 5%.

As finanças públicas beneficiaram do dinamismo da atividade económica e do mercado de trabalho, da redução das medidas de prevenção e combate à pandemia de Covid-19 e do efeito da subida dos preços sobre a receita efetiva, que, em contabilidade pública, subiu 11,0% (+14,6% face a 2019), suportado pelo aumento da receita fiscal (+13,8%), com um crescimento de 16,5% dos impostos diretos e de 11,5% dos impostos indiretos, nomeadamente em sede de IVA (+18,6%), que também beneficiou da forte recuperação das receitas turísticas, com a subida do IVA a ser a maior desde 1994.

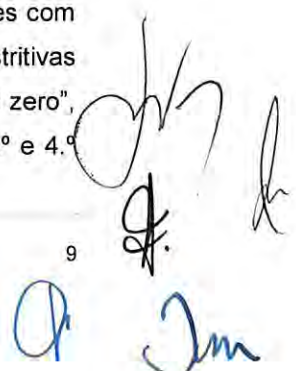
Assim, o défice orçamental (em % do PIB) terá caído em 2022 dos 2,9% observados em 2021 para um valor um pouco abaixo dos 1,9% assumidos pelo Governo no OE 2023, devendo o rácio da dívida pública sobre o PIB ter registado em 2022 uma descida superior a 10 p.p. face aos 125,5% registados em 2021, no que terá representado a maior queda anual desde, pelo menos, 1973.

O défice da balança corrente ter-se-á agravado em 2022, dos 1,2% do PIB observados em 2021 para um valor em torno de 1,5%, face à redução da taxa de poupança dos particulares em 2022 (passou dos 9,8% em 2021 para 4,7%), que prolongou a trajetória iniciada já em 2021 (em 2022 exacerbada pelo aumento da inflação), depois da marcada subida observada em 2020, para 11,9% (7,2% em 2019), devido à quebra do consumo originada pela pandemia.

Mercados Financeiros

O ano de 2022 ficou indiscutivelmente marcado pela invasão da Ucrânia pela Rússia (24 de fevereiro), que provocou a aplicação de sanções económicas à Rússia por parte do Ocidente e uma escalada dos preços das *commodities*, que implicou, inevitavelmente, uma alteração das perspetivas de crescimento da atividade e dos preços na generalidade das economias, embora em diferentes intensidades. Este contexto provocou, logo no início do ano, a interrupção da trajetória de recuperação do sentimento dos mercados que tinha sido iniciada em meados de 2020, levando a correções nos mercados de ações e de obrigações, que caíram em simultâneo, pela primeira vez nas últimas duas décadas.

A condicionar também o sentimento do mercado esteve a continuação das preocupações com as mutações do vírus responsável pela Covid-19 (e que provocaram novas medidas restritivas em algumas economias, nomeadamente na China, com a adoção da política de "Covid zero", que condicionaram, significativamente, a atividade económica no país, sobretudo no 2.º e 4.º



trimestres), a intensificação das pressões inflacionistas (muito agravadas com o espoletar da guerra na Ucrânia e que só mais perto do final do ano começaram a dar sinais de alívio, embora permanecendo muito elevadas) e a consequente resposta por parte dos principais bancos centrais, no sentido de colocarem as suas políticas monetárias mais restritivas.

De realçar também a continuação das preocupações relativamente ao anterior ritmo de subida das ações, reforçadas com o aumento das *yields* da dívida soberana, sobretudo ao nível das empresas mais endividadas e mais expostas ao ciclo económico, bem como com os dados económicos divulgados ao longo do ano de 2022, que continuaram, de um modo geral, a evidenciar um abrandamento da atividade nas principais economias, designadamente após o início do conflito.

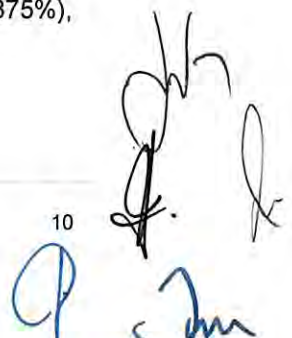
O ano de 2022 ficou inclusive marcado pelo aumento da probabilidade atribuída a uma recessão global em 2023 – embora, no final de janeiro deste ano, o FMI tenha vindo referir que essa recessão poderá ser evitada –, espoletada pela redução dos rendimentos reais das famílias, resultantes da elevada inflação, e pelo impacto sobre a procura agregada do referido endurecimento da política monetária por parte dos bancos centrais, para fazer frente à inflação.

Os principais índices de ações dos EUA registaram fortes quedas em 2022, com o S&P 500 a cair 19,4% no total do ano e a apresentar o pior 1.º semestre (-20,6%) desde mais de 50 anos (embora depois do forte crescimento de 26,9% em 2021, naquele que havia constituído o melhor desempenho em três anos seguidos desde 1999). O *Nasdaq* exibiu uma queda ainda maior (-33,1%, a maior queda desde 2008), ao passo que o *Dow Jones* desceu menos (8,8%). Na Europa, o Eurostoxx 50 perdeu 11,7%, mas com o índice português *PSI* a conseguir valorizar 2,8%, em contraciclo com a generalidade das praças europeias (outra exceção foi o britânico *FTSE 100*: +0,9%), depois de já ter subido 13,7% em 2021, naquele que havia sido o melhor desempenho anual desde 2017. O índice *MSCI* global desceu 19,8%, afastando-se dos níveis máximos históricos registados em 16/11/2021.

As *yields* da dívida pública de referência subiram bastante nas principais economias, com maior intensidade nos prazos mais curtos, refletindo as expectativas e concretização de políticas monetárias mais restritivas.

Na Alemanha, as *yields* a 2 anos aumentaram 338 p.b., para 2,764% (+275 p.b. nos 10 anos, para 2,571%, regressando a terreno positivo), a maior subida desde, pelo menos, o início dos anos 90.

Nos EUA, as *yields* a 2 anos subiram 369 p.b. para 4,426% (nos 10 anos, +236 p.b. para 3,875%), o maior aumento desde, pelo menos, o início dos anos 80.



Os spreads de crédito apresentaram movimentos desfavoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade*, num contexto de agravamentos também nos *spreads* dos países periféricos da Zona Euro, com a Itália – refletindo, igualmente, a instabilidade política observada e o tom cético dos mercados com os resultados das últimas eleições legislativas no país – a destacar-se pela negativa (+80 p.b., para um *spread* de 214 p.b.), seguida da Grécia (+54 p.b., para 205 p.b.) e de Portugal (+37 p.b., para 102 p.b.), que terminou o ano de 2022 com um *spread* inferior ao de Espanha (+35 p.b., para 109 p.b.).

Com a antecipação e concretização de decisões de política monetária mais restritivas pelo BCE, as taxas Euribor apresentaram também marcadas subidas em 2022 (+270 p.b. nos 3 meses, +324 p.b. nos 6 meses e +379 p.b. nos 12 meses), o maior aumento num ano desde o início das séries históricas (em 1999), após terem fechado 2021 perto de mínimos históricos (observados no mês de dezembro). Assim, as taxas Euribor fecharam 2022 em terreno positivo em todos os prazos (2,132% nos 3 meses, 2,693% nos 6 meses e 3,291% nos 12 meses), o que não sucedia desde o início de 2015, atingindo níveis máximos desde finais de 2008 e inícios de 2009.

Os índices gerais de *commodities* registaram, igualmente, fortes subidas, com o índice composto *CRB Index* a avançar 19,5% e o *GSCI* 8,7%, sendo suportado pelas classes da energia (classe com maior peso no índice e que exibiu a maior subida, de 14,2%), num contexto de aumentos dos preços do *brent* e do *WTI* (*West Texas Intermediate*) de 10,5% e 6,7% (os preços do gás na Europa subiram 13,0% face ao fecho de 2021, após já terem aumentado 243% em 2021, embora fechando o ano de 2022 num nível 76% abaixo do máximo histórico de final de agosto), das agrícolas (fizeram máximos históricos no ano, em meados de maio), do gado e dos metais preciosos (apenas marginalmente), sendo, no entanto, penalizado pelos metais de base (mas que chegaram, no entanto, a fazer máximos históricos no ano, no início de março).

Sistema Financeiro

No ano de 2022 o sistema bancário português continuou a cumprir o seu papel no financiamento da economia através da atividade de concessão de crédito: o saldo do crédito concedido a particulares teve um crescimento homólogo de 4,2 mM€ (taxa de variação homóloga (tvh) de 3,3%), com especial destaque para a evolução do crédito à habitação que, com uma variação de 3,4 mM€ (tvh: 3,5%), representou 80% do crescimento total do crédito a particulares. Já o crédito ao consumo subiu 1,6 mM€ (tvh: 8,1%).

O crédito novo concedido a particulares em 2022 foi superior em 8,7% face a 2021 (23,9 mM€ em 2022 e 22 mM€ em 2021), tendo a taxa de juro média dos novos empréstimos à habitação acompanhado a evolução das taxas indexantes Euribor, aumentando de 0,83% (dezembro de 2021) para 3,24% (dezembro de 2022).

No segmento das empresas não financeiras, o saldo de crédito diminuiu 0,3 mM€ no mesmo período (tvh: -0,4%). Contudo, salienta-se que o montante de novos empréstimos concedidos pelos bancos às empresas em 2022 aumentou 1,2 mM€ face a 2021, atingindo 22 mM€ em 2022. As taxas de juro do crédito novo concedido a empresas aumentaram de forma semelhante ao segmento de particulares (+2,4 p.p.).

Em dezembro de 2022, os setores económicos mais representativos no total de crédito concedido por bancos portugueses a empresas continuaram a ser o "comércio, restauração e hotelaria" e a "construção e imobiliário" (27,7% e 21,1%, respetivamente, do total do crédito a empresas, face a 27,6% e 20,5% em 2021).

Consequentemente, os setores relacionados com o comércio e turismo assumiram a liderança na concessão de crédito a empresas não financeiras, tomando, desde 2019, a posição que foi detida pelo setor imobiliário nas décadas anteriores. Realça-se igualmente o peso do setor da indústria, que entre 2021 e 2022 aumentou de 20,4% para 20,7%, encontrando-se próximo dos valores observados para os setores mais relacionados com o imobiliário.

No que respeita aos depósitos, no segmento de particulares observou-se um aumento de 5,5% (+9,6 mM€), enquanto nas empresas esse crescimento foi de 8,9% (+5,5 mM€).

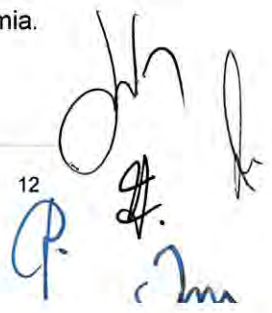
Os novos depósitos a prazo de empresas atingiram o valor de 21,5 mM€ (no final do ano a remuneração média foi de 0,97%) e os novos depósitos a prazo de Particulares totalizaram 49,4 mM€ (no final do ano a remuneração média foi de 0,35%).

Com o maior crescimento dos depósitos face ao crédito, o rácio de transformação (medido através do crédito a clientes líquido sobre os depósitos de clientes) manteve a trajetória descendente que tem vindo a observar desde 2010 situando-se em 79% (setembro de 2022), - 2,1 p.p. do que em dezembro de 2021, atingindo um mínimo histórico de 25 anos.

A proporção de empréstimos não produtivos manteve em 2022 (setembro) a trajetória de descida iniciada em junho de 2016 (quando esta atingiu um pico de 20,1%, segundo dados da *European Bank Authority* (EBA)) posicionando o rácio médio de *Non Performing Loan* (NPL) do sistema bancário português em 3,2% (-0,5 p.p. do que em dezembro de 2021).

O *stock* de imparidades para cobertura de NPL em 2022 (setembro) aumentou ligeiramente face ao registado em 2021 (55% em 2022 e 54% em 2021).

O comportamento do custo do risco tem evidenciado uma tendencial melhoria da qualidade do crédito, após registar um pico em 2014 e uma trajetória descendente até à pandemia.



Prolongando a acentuada redução em 2021, o custo do risco diminuiu novamente em 2022, em 22 p.b., fixando-se nos 0,35% no terceiro trimestre de 2022.

A melhoria da qualidade do crédito do setor bancário português é também ilustrada pelo aumento do peso do crédito em *Stage 1* (de 82,1% em dezembro de 2021 para 86,7% em setembro de 2022), por oposição à queda do peso do crédito em *Stage 2* (de 13,3% em dezembro de 2021 para 9,9% em setembro de 2022) e *Stage 3* (de 4,4% em dezembro de 2021 para 3,2% em setembro de 2022).

O ano de 2022 assistiu a uma inversão da tendência de crescimento do rácio *Common Equity Tier 1 (CET1)*, diminuindo de 14,6% em setembro de 2021, para 14,1% em setembro de 2022, segundo dados da EBA.

No que respeita à liquidez, os rácios *Liquidity Coverage Ratio (LCR)* e *Net Stable Funding Ratio (NSFR)* mantiveram níveis confortáveis em 2022 (247% e 146%, respetivamente, em setembro), próximos dos valores registados no final de 2021 (249% e 143%, pela mesma ordem).

No ano de 2022 assistiu-se a uma significativa melhoria da rentabilidade dos bancos, impulsionada pela subida das taxas de juro de curto prazo, com a rentabilidade dos capitais próprios (*return on equity, ROE*) a subir de 5% para 8%, entre 2021 e 2022, níveis que não se observavam desde a crise do *subprime*, sendo que entre 2000 e 2007 os níveis médios do ROE se situavam em torno de 15%.

Para o aumento da rentabilidade do setor bancário foi essencial o crescimento do Produto Bancário, que beneficiou da subida da margem de intermediação financeira de 1,47% em dezembro de 2021 para 1,63% em setembro de 2022.

Consequentemente, o peso das comissões no produto bancário diminuiu (de 30,8% em dezembro de 2021 para 28,9% em setembro de 2022).

A melhoria da rentabilidade beneficiou igualmente da tendência decrescente do *cost-to-income*, que em setembro de 2022 se situava em 45,1%, 2,9 p.p. abaixo dos valores de dezembro de 2021.

Principais Riscos e Incertezas para 2023

Tal como foi observado relativamente ao contexto económico e às expectativas para os mercados financeiros, também o setor bancário português poderá sofrer impactos diretos e indiretos do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e das suas vicissitudes. Nos efeitos diretos, destaca-se o impacto na deterioração da qualidade das exposições diretas a estas geografias

ou a outras com estas interconectadas. Indiretamente, um conflito com estas características poderá impactar desfavoravelmente na geração de resultados por parte dos bancos, por via da menor atividade económica resultante da incerteza acrescida e do aumento do risco de crédito resultante desse abrandamento, da manutenção de níveis de inflação bastante acima dos objetivos dos principais bancos centrais e das políticas monetárias mais agressivas, com redução do poder de compra e do aumento dos encargos financeiros das famílias e das empresas.

Subidas de taxa de juro poderão também impactar desfavoravelmente nos bancos com maior exposição a títulos de taxa fixa de maturidades mais alargadas, em carteiras ao justo valor através de resultados ou de outros resultados, bem como aumentar o custo de emissões de títulos para cumprimento de fundos próprios e passivos elegíveis no âmbito da resolução bancária (MREL).

A progressiva descontinuação das operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (*TLTRO-III*) poderá contribuir também para o impacto desfavorável da subida das taxas de juro sobre o custo do *funding*.

O BCE tem mantido um foco nos riscos climáticos e tem aumentado o incentivo para que os bancos os incluam nos diferentes procedimentos de gestão de risco. Esta situação exige do sistema um esforço operacional significativo. Mesmo na eventualidade dos riscos de transição ou físicos não se materializarem durante alguns anos, estes riscos poderão dar origem a impactos reputacionais ou sancionatórios, devido à atualidade do tema e às iniciativas regulamentares em curso.

A conjuntura é cada vez mais desafiante em termos de riscos operacionais, nomeadamente em contexto de transformação digital – relevando-se, portanto, a crescente importância dos procedimentos de cibersegurança.

O crescente espectro da regulamentação bancária pode igualmente agravar os riscos operacionais, ao aumentar o risco legal associado a eventuais incumprimentos.



Evolução da atividade

Política de Investimento

A política de investimento do Fundo visa a constituição de uma carteira diversificada de ações da União Europeia, Suíça e Noruega, de empresas que operam no sector da saúde e dos cuidados de saúde. Consideram-se empresas que operam nos sectores referidos, aquelas que se dedicam à prevenção e tratamento da doença e à preservação do bem estar físico e mental, através da prestação de serviços oferecidos pela classe médica e por outros profissionais de saúde. Incluem-se nesta definição empresas que pesquisam, desenvolvem ou produzem medicamentos, vacinas e produtos de diagnóstico e empresas que desenvolvem ou produzem produtos utilizados em medicina.

O Fundo detém em permanência mais de dois terços do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em ações cotadas no mercado de cotações oficiais de uma Bolsa de Valores de qualquer país da União Europeia, na Suíça (Bolsas de Valores de Basileia, Zurique e Genebra) e na Noruega (Bolsa de Valores de Oslo).

O Fundo não pode deter mais de 10% do seu valor líquido global em Unidades de Participação (UP) de fundos de investimento.

Rendibilidade e Risco

A evolução da rendibilidade e do risco nos últimos 10 anos civis é a seguinte:

| Ano | Rendibilidade | Risco | Classe de Risco |
|------|---------------|--------|-----------------|
| 2013 | 23,69% | 9,36% | Classe 4 |
| 2014 | 14,86% | 9,92% | Classe 4 |
| 2015 | 12,95% | 15,50% | Classe 6 |
| 2016 | -6,24% | 18,11% | Classe 6 |
| 2017 | 2,06% | 12,16% | Classe 5 |
| 2018 | -3,17% | 16,50% | Classe 6 |
| 2019 | 24,08% | 10,58% | Classe 5 |
| 2020 | -4,53% | 23,40% | Classe 6 |
| 2021 | 13,65% | 10,30% | Classe 5 |
| 2022 | -9,60% | 15,24% | Classe 6 |

As rendibilidades apresentadas, calculadas com base no último dia útil de mercado de cada ano, constituem dados históricos, pelo que, representando dados passados, não constituem garantia

de rentabilidade futura, na medida em que o valor das UP pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).

A categoria de risco indicada, calculada de acordo com o Regulamento da CMVM n.º 2/2015, republicado pelo Regulamento da CMVM n.º 3/2020 e com as alterações introduzidas pelos Regulamentos da CMVM n.º 6/2020 e 9/2020, não é garantida e pode variar ao longo do tempo. Igualmente de notar que a categoria de risco mais baixa não significa que se trate de um investimento isento de risco. O perfil de risco do Fundo apresenta oscilações que resultam da variação dos ativos em que o Fundo investe. As ações e instrumentos negociáveis que confirmam o direito de aquisição de ações, pela sua natureza, apresentam oscilações significativas de preço, pelo que o Fundo apresenta um risco elevado.

Ativos sob Gestão, Número e Valor Unitário das Unidades de Participação

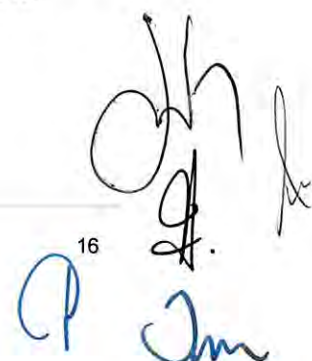
O valor total da carteira do Fundo era, a 31 de dezembro de 2022, de 15.449.647,04 €. O quadro seguinte apresenta o valor líquido global do Fundo (VLGF), o número de UP em circulação (# UP) e o seu valor unitário, no final de cada um dos últimos 5 anos civis.

| Anos | VLGF (€) | # UP em circulação | Valor da UP (€) |
|------|---------------|--------------------|-----------------|
| 2018 | 8 054 291,22 | 91 329,9266 | 88,1890 |
| 2019 | 9 723 295,88 | 88 860,7081 | 109,4218 |
| 2020 | 10 954 823,88 | 104 861,3955 | 104,4696 |
| 2021 | 14 094 091,57 | 118 708,8422 | 118,7282 |
| 2022 | 15 449 647,04 | 143 954,8547 | 107,3229 |

O aumento do VLGF em relação ao fecho de 2021, no valor aproximado de 1,36 Milhões de euros (M€) resulta do contributo positivo do «efeito quantidade (subscrições líquidas de resgates)», com uma variação positiva de 2,8 (M€), demonstrando a capacidade de atração junto do mercado alvo, mais que compensando o «efeito rentabilidade (valorização das UP)», que observou uma variação homóloga negativa de 1,4 M€.

Comissões suportadas pelos Participantes do Fundo

Não são cobradas quaisquer comissões diretamente imputáveis aos Participantes do Fundo, conforme identificado no Prospeto: comissão de subscrição e comissão de resgate de 0%.



Proveitos, Custos e Resultado Líquido do Fundo

O quadro seguinte apresenta os Proveitos, Custos e Resultado Líquido do Fundo, nos três últimos exercícios económicos, que apresenta uma redução do resultado líquido em termos homólogos, essencialmente suportada no diferencial negativo entre os Ganhos e Perdas em Operações Financeiras.

| | 2020 | 2021 | 2022 |
|--------------------------|--------------|--------------|----------------|
| Proveitos | 3 531 946,09 | 4 194 236,56 | 5 794 511,37 |
| Custos | 4 133 230,35 | 2 633 166,37 | 7 231 264,22 |
| Resultado Líquido | (601 284,26) | 1 561 070,19 | (1 436 752,85) |

(valores em Euros)

No que respeita aos custos suportados pelo Fundo, destacam-se as rúbricas abaixo, relevando-se o aumento, em termos homólogos, da comissão de comercialização, em resultado do referido «efeito quantidade» observado em 2022.

| | 2020 | 2021 | 2022 |
|--|-----------|------------|------------|
| Comissão de Gestão | 79 825,16 | 62 087,38 | 78 781,51 |
| Comissão de Depósito | 5 522,09 | 6 208,84 | 7 878,20 |
| Comissão de Comercialização | 80 311,58 | 117 966,10 | 149 684,80 |
| Taxa de supervisão | 1 602,16 | 1 797,65 | 2 285,52 |
| Custos de auditoria | 1 845,00 | 1 845,00 | 1 845,00 |
| Comissão de carteira de títulos | 6 021,37 | 6 710,18 | 14 844,54 |

(valores em Euros)

Sustentabilidade

Em ordem a dar-se cumprimento ao artigo 7º do Regulamento (EU) 2020/852, de 18 de junho de 2020, informa-se que «os investimentos subjacentes a este produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental».

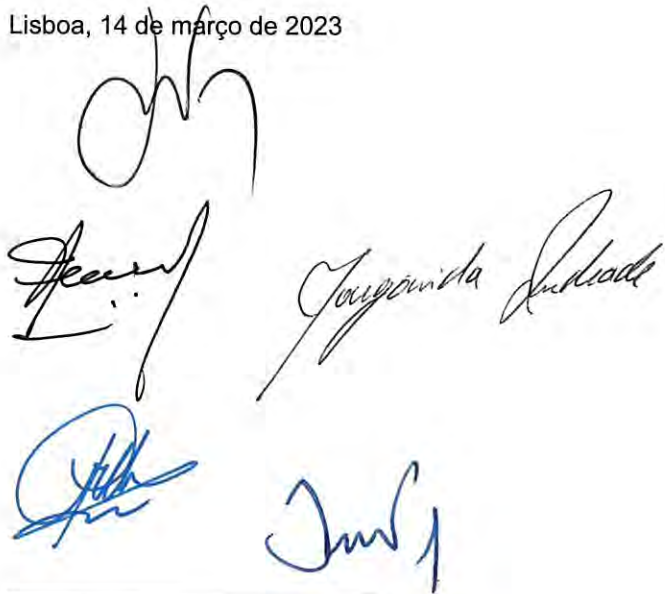
Perspetivas futuras

O ano de 2023 deverá continuar, à semelhança do sucedido em 2022, a ser marcado pelo contexto global da inflação e da guerra da Ucrânia, a par dos efeitos da política monetária levada a cabo pelos principais bancos centrais, designadamente arrefecendo a procura agregada e a inflação, ainda que, não obstante os impactos ao longo de 2023, o efeito pleno se espera poder vir a ocorrer apenas em 2024.

O nível global de incerteza na economia deverá ser elevado, o que poderá condicionar as perspetivas de crescimento, as quais se encontram correlacionadas com a duração e grau de disrupção da guerra na Ucrânia e respetivo impacto nos mercados financeiros, sobretudo ao nível das *commodities*, assim como pelas reações de política económica, donde se destaca a referida normalização da política monetária, a qual se deverá manter em 2023. Esta conjuntura determina uma análise prudente e ponderada na contextualização dos impactos na atividade do Fundo.

Para 2023, o Fundo propõe-se vir a classificar-se como artigo 8.º, no âmbito do denominado "Regulamento SFDR (*Sustainable Finance Disclosure Regulation*)¹, procurando promover características ambientais e/ou sociais, robustecendo o compromisso com a sustentabilidade ao nível do contexto ESG - *Environmental, Social and Corporate Governance*².

Lisboa, 14 de março de 2023



¹ Regulamento de Divulgação de Finanças Sustentáveis (tradução livre)

² Meio ambiente, social e governança empresarial (tradução livre)

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

| ATIVO | | 2022 | | | 2021 | | |
|----------------------------------|---|----------------------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| CÓDIGO | DESIGNAÇÃO | Bruto | Mv | mv/P | Líquido | Líquido | Períodos |
| | | | | | 2022 | 2021 | |
| CARTEIRA DE TÍTULOS | | | | | | | |
| 21 | OBRIGAÇÕES | | | | | | |
| 22 | AÇÕES | 12 304 226.54 | 2 681 824.80 | 1 816 559.79 | 13 169 491.56 | 12 086 802.82 | 7 197 743.00 |
| 23 | OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL | | | | | | 3 198 620.82 |
| 24 | UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO | 1 354 500.11 | 2 272.53 | 66 963.94 | 1 289 808.70 | 1 361 575.45 | 6 490 036.07 |
| 25 | DIREITOS | | | | | | |
| 26 | OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA | | | | | | |
| | TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS | 13 658 726.65 | 2 684 097.33 | 1 883 523.73 | 14 459 300.26 | 13 448 378.27 | (1 436 752.85) |
| | TOTAL DO CAPITAL DO OIC | | | | | | 15 449 647.04 |
| OUTROS ATIVOS | | | | | | | |
| 31 | OUTROS ATIVOS | | | | | | |
| | TOTAL DE OUTROS ATIVOS | | | | | | 181 653.77 |
| | TOTAL DE PROVISÕES ACUMULADAS | | | | | | 181 653.77 |
| TERCEIROS | | | | | | | |
| 411+...+418 | CONTAS DE DEVEDORES | | | | | | |
| | TOTAL DOS VALORES A RECEBER | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 10 000.00 |
| DISPONIBILIDADES | | | | | | | |
| 11 | CAIXA | | | | | | |
| 12 | DEPÓSITOS À ORDEM | | | | | | |
| 13 | DEPÓSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISO | 1 285 030.02 | | | 1 285 030.02 | 932 752.89 | 22 626.97 |
| 14 | CERTIFICADOS DE DEPÓSITO | | | | | | 84 936.17 |
| 18 | OUTROS MEIOS MONETÁRIOS | | | | | | |
| | TOTAL DAS DISPONIBILIDADES | 1 285 030.02 | | | 1 285 030.02 | 932 752.89 | 117 563.14 |
| ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS | | | | | | | |
| 51 | ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS | 4 533.67 | | | 4 533.67 | 5 652.88 | |
| 52 | DESPESAS COM CUSTO DIFERIDO | | | | | | |
| 58 | OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS | | | | | | |
| 59 | CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVAS | | | | | | |
| | TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS | 4 533.67 | | | 4 533.67 | 5 652.88 | 0.00 |
| | TOTAL DO ATIVO | 14 948 290.34 | 2 684 097.33 | 1 883 523.73 | 15 748 863.95 | 14 386 784.04 | 15 748 863.95 |

| PASSIVO | | 2022 | | | 2021 | | |
|----------------------------------|---|-------|----|------|---------|---------|----------------------|
| CÓDIGO | DESIGNAÇÃO | Bruto | Mv | mv/P | Líquido | Líquido | Períodos |
| | | | | | 2022 | 2021 | |
| ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS | | | | | | | |
| 55 | ACRÉSCIMOS DE CUSTOS | | | | | | |
| 56 | RECEITAS COM PROVEITO DIFERIDO | | | | | | |
| 58 | OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS | | | | | | |
| 59 | CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVAS | | | | | | |
| | TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS | | | | | | 0.00 |
| | TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO | | | | | | 15 748 863.95 |
| | TOTAL DOS VALORES A PAGAR | | | | | | 14 386 784.04 |
| | TOTAL DO PASSIVO | | | | | | 107 3229 |

Total do Número de Unidades de Participação

Abreviaturas: Mv - Mais Valias; mv - Menos Valias; P - Provisões

O Responsável pela Contabilidade

(Assinatura)

O Conselho de Administração

(Assinatura)

(Assinatura)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2022 E 2021

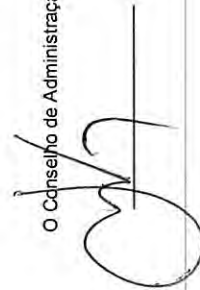
(Montantes expressos em Euros)

| CÓDIGO | DESIGNAÇÃO | Período | | Período | |
|--------------------|---|-----------------------|---------------------|-----------------|---|
| | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| | CUSTOS E PERDAS | | | | PROVEITOS E GANHOS |
| | DESIGNAÇÃO | | | | DESIGNAÇÃO |
| | CUSTOS E PERDAS CORRENTES | | | | PROVEITOS E GANHOS CORRENTES |
| | JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS: | | | | JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS: |
| 712+713 | Da carteira de Títulos e Outros Ativos | | | 812+813 | Da carteira de Títulos e Outros Ativos |
| 711+714+717+718 | De Operações Correntes | | | 811+814+817+818 | Outras, de Operações Correntes |
| 719 | De Operações Extrapatrimoniais | | | 819 | De Operações Extrapatrimoniais |
| | COMISSÕES E TAXAS | | | | RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS |
| 722+723 | Da carteira de Títulos e Outros Ativos | 14 844,54 | 6 710,18 | 822+...+824/5 | Da carteira de Títulos e Outros Ativos |
| 724+...+728 | Outras, de Operações Correntes | 229 539,85 | 180 896,03 | 829 | De Operações Extrapatrimoniais |
| 729 | De Operações Extrapatrimoniais | | | | GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS |
| 732+733 | PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS | | | 832+833 | Da carteira de Títulos e Outros Ativos |
| 731+738 | Da carteira de Títulos e Outros Ativos | 6 809 323,36 | 2 430 552,61 | 831+838 | Outras, de Operações Correntes |
| 739 | Outras, de Operações Correntes | | | 839 | De Operações Extrapatrimoniais |
| | IMPOSTOS | 158 287,50 | | 851 | REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES |
| 7411+7421 | Imposto sobre o Rendimento | | | | Provisões para encargos |
| 7412+7422 | Impostos Indiretos | 16 702,79 | 13 162,55 | | |
| 7418+7428 | Outros impostos | | | | |
| 75 | PROVISÕES DO EXERCÍCIO | | | | |
| 751 | Provisões para encargos | | | 87 | OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES |
| 77 | OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES | 2 566,18 | 1 845,00 | | |
| | TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A) | 7 231 264,22 | 2 633 166,37 | | TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B) |
| | CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS | | | | 5 794 511,37 |
| 781 | Valores incobráveis | | | | 4 194 236,56 |
| 782 | Perdas extraordinárias | | | | |
| 783 | Perdas imputáveis a Exercícios Anteriores | | | | |
| 788 | Outros Custos e Perdas Eventuais | 0,00 | 0,00 | | |
| | TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C) | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| 63 | IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO | | | | TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D) |
| 66 | RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0) | 1 561 070,19 | 1 561 070,19 | | 0,00 |
| | TOTAL | 7 231 264,22 | 4 194 236,56 | | 1 436 752,85 |
| | RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0) | (1 222 790,80) | 1 545 676,40 | | 7 231 264,22 |
| | TOTAL | (1 222 790,80) | 1 545 676,40 | | 4 194 236,56 |
| (82/34/15)-(7x2/3) | Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos | | | D-C | Resultados Eventuais |
| 86-7x9 | Resultados das Operações Extrapatrimoniais | 34 846,77 | 211 297,37 | B-D-A-C-74 | Resultados Antes de Imposto s/o Rendimento |
| B-A | Resultados Correntes | (1 436 752,85) | 1 561 070,19 | B-D-A-C | Resultados Líquidos do Período |
| | | | | | (1 420 050,06) |
| | | | | | (1 436 752,85) |
| | | | | | 1 574 232,74 |
| | | | | | 1 561 070,19 |

O responsável pela Contabilidade



O Conselho de Administração

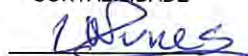


DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

| Discriminação dos Fluxos | Período | | Período | |
|---|----------------------------|-----------------------|----------------------------|-----------------------|
| | De 2022-01-01 a 2022-12-31 | | De 2021-01-01 a 2021-12-31 | |
| OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC | | | | |
| RECEBIMENTOS | | | | |
| Subscrição de unidades de participação | 7 536 348.59 | | 5 521 999.41 | |
| Comissão de resgate | 0.00 | | 0.00 | |
| | | 7 536 348.59 | | 5 521 999.41 |
| PAGAMENTOS | | | | |
| Resgates de unidades de participação | 4 734 040.27 | | 3 943 801.91 | |
| | | 4 734 040.27 | | 3 943 801.91 |
| Fluxo das operações sobre as unidades do OIC | | 2 802 308.32 | | 1 578 197.50 |
| OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS | | | | |
| RECEBIMENTOS | | | | |
| Venda de títulos e outros ativos | 4 542 544.67 | | 414 546.38 | |
| Rendimento de Títulos e outros ativos | 241 326.58 | | 201 879.51 | |
| Outros rec. Carteira títulos | 7.42 | | 0.38 | |
| | | 4 783 878.67 | | 616 426.27 |
| PAGAMENTOS | | | | |
| Compra de títulos e outros ativos | 6 987 701.67 | | 2 788 836.39 | |
| Comissões de Bolsa | 8.58 | | 3.57 | |
| Comissões de Corretagem | 11 484.92 | | 3 134.18 | |
| Outras taxas e comissões | 3 284.23 | | 3 618.32 | |
| | | 7 002 479.40 | | 2 795 592.46 |
| Fluxo das operações da carteira de Títulos | | (2 218 600.73) | | (2 179 166.19) |
| OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS | | | | |
| RECEBIMENTOS | | | | |
| Operações Cambiais | 4 510 355.20 | | 1 652 592.75 | |
| | | 4 510 355.20 | | 1 652 592.75 |
| PAGAMENTOS | | | | |
| Operações Cambiais | 4 489 501.28 | | 1 639 849.32 | |
| | | 4 489 501.28 | | 1 639 849.32 |
| Fluxo das operações a prazo e de Divisas | | 20 853.92 | | 12 743.43 |
| OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE | | | | |
| RECEBIMENTOS | | | | |
| Juros de Depósitos Bancários | 0.00 | | 0.00 | |
| | | 0.00 | | 0.00 |
| PAGAMENTOS | | | | |
| Comissão de Gestão | 78 061.96 | | 60 657.56 | |
| Juros Disp. / Emprést. | 0.00 | | 0.00 | |
| Comissão de Comercialização | 148 317.74 | | 115 249.41 | |
| Comissão de Depósito | 7 806.35 | | 6 065.81 | |
| Impostos e taxas | 16 088.51 | | 74 814.55 | |
| Outros pag. Operações correntes | 2 009.82 | | 1 845.00 | |
| | | 252 284.38 | | 258 632.33 |
| Fluxo das operações de Gestão Corrente | | (252 284.38) | | (258 632.33) |
| Saldo dos Fluxos de Caixa do Período | | 352 277.13 | | (846 857.59) |
| Disponibilidades no Início do Período | | 932 752.89 | | 1 779 610.48 |
| Disponibilidades no Fim do Período | | 1 285 030.02 | | 932 752.89 |

O RESPONSÁVEL PELA
CONTABILIDADE



O CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO




3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros - €)

INTRODUÇÃO

O Montepio Euro Healthcare Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções (Fundo), iniciou a sua actividade em 7 de maio de 2007. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem como objectivo a captação de disponibilidades financeiras, quer de entidades colectivas, quer de pessoas individuais, que pretendam fazer aplicações a médio e longo prazo, as quais proporcionem a constituição de uma carteira diversificada em que seja maioritário o investimento em acções do sector de saúde.

De acordo com o regulamento de gestão, os rendimentos do Fundo não são distribuídos, sendo incorporados no valor da unidade de participação.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de entidade comercializadora e de banco depositário são exercidas pela Caixa Económica Montepio Geral.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Fundos de Investimento Mobiliário. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Nota 1 - Quadro 1 - CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, assumindo a forma escritural, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcional ao número de unidades que representam.

A qualidade de participante adquire-se mediante a subscrição e aquisição de um mínimo de unidades de participação, cujo investimento não pode ser inferior a € 10,00.

O movimento ocorrido no capital do Fundo durante o exercício de 2022 apresenta o seguinte detalhe:

| Descrição | (Valores em €) | | | | | | |
|----------------------------------|---------------------|--------------|--------------|----------------------------|----------------|-------------------------|---------------------|
| | Saldo em 31/12/2021 | Subscrições | Resgates | Distribuição de Resultados | Outros | Resultados do Exercício | Saldo em 31/12/2022 |
| Valor base | 5 935 442.26 | 3 340 027.04 | 2 077 726.30 | | | | 7 197 743.00 |
| Diferença p/ Valor Base | 1 668 613.23 | 4 196 321.55 | 2 666 313.97 | | | | 3 198 620.81 |
| Resultados distribuídos | | | | | | | |
| Resultados acumulados | 4 928 965.89 | | | | 1 561 070.19 | | 6 490 036.08 |
| Resultados do período | 1 561 070.19 | | | | (1 561 070.19) | (1 436 752.85) | (1 436 752.85) |
| | 14 094 091.57 | 7 536 348.59 | 4 744 040.27 | 0.00 | 0.00 | (1 436 752.85) | 15 449 647.04 |
| Nº unidades de participação | 118 708.8422 | 66 800.5397 | 41 554.5272 | | | | 143 954.8547 |
| Valor da unidade de participação | 118.7282 | 112.8187 | 114.1642 | | | | 107.3229 |

Nota 1 – Quadro 2

O número de participantes por escalões em 31 de dezembro de 2022 apresenta o seguinte detalhe:

| Nº Participantes por escalão | |
|------------------------------|------------------|
| Escalões | Nº Participantes |
| Ups ≥ 25% | 0 |
| 10% ≤ Ups < 25% | 0 |
| 5% ≤ Ups < 10% | 1 |
| 2% ≤ Ups < 5% | 1 |
| 0,5% ≤ Ups < 2% | 23 |
| Ups < 0,5% | 1754 |

Nota 1 - Quadro 3

A evolução trimestral do valor do Fundo e do valor da unidade de participação nos exercícios de 2020 a 2022 foram as seguintes:

| Ano | Mês | Valor Líquido global do Fundo em € | Valor da unidade de participação em € | Nº Up's em circulação |
|------|----------|------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------|
| 2022 | março | 14 194 489.80 | 117.7879 | 120 508.8826 |
| | junho | 16 169 614.59 | 110.5031 | 146 327.2448 |
| | setembro | 15 025 473.04 | 101.3995 | 148 180.9683 |
| | dezembro | 15 449 647.04 | 107.3229 | 143 954.8547 |
| 2021 | março | 10 946 104.16 | 105.3907 | 103 862.1877 |
| | junho | 11 565 979.76 | 113.8784 | 101 564.3175 |
| | setembro | 12 531 540.51 | 113.2917 | 110 613.0590 |
| | dezembro | 14 094 091.57 | 118.7282 | 118 708.8422 |
| 2020 | março | 9 173 524.54 | 98.9564 | 92 702.7282 |
| | junho | 10 803 250.69 | 109.3901 | 98 758.9783 |
| | setembro | 10 890 860.18 | 106.7570 | 102 015.4142 |
| | dezembro | 10 954 823.88 | 104.4696 | 104 861.3955 |

Nota 2 - Quadro 1

No exercício de 2022, as transações de valores mobiliários efetuados pelo Fundo apresentaram a seguinte composição:

| | Compras (1) € | | Vendas (2) € | | Total (1)+(2) € | |
|--------------------------|---------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|--------------|
| | Mercado | Fora Mercado | Mercado | Fora Mercado | Mercado | Fora Mercado |
| Ações | 4 920 650.26 | 0.00 | 2 545 482.87 | 0.00 | 7 466 133.13 | 0.00 |
| Unidades de Participação | 2 036 385.29 | 0.00 | 1 994 655.64 | 0.00 | 4 031 040.93 | 0.00 |

Nota 2 - Quadro 2

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram cobradas para o Fundo as seguintes comissões de subscrição e resgate:

| | Valor € | Comissões Cobradas em € |
|-------------|--------------|-------------------------|
| Subscrições | 7 536 348.59 | Isento |
| Resgates | 4 744 040.27 | Isento |

Nota: Conforme está previsto no Prospeto, durante o exercício de 2022, a comissão de resgate foi de 0%

Nota 3 - Quadro 1 - Inventário da Carteira de Títulos

A carteira de títulos em 31 de dezembro de 2022 tem a seguinte composição:

| Descrição dos Títulos | Preço de aquisição | Mais valias | menos valias | Valor da carteira | Juros corridos | SOMA |
|---|----------------------|---------------------|-----------------------|----------------------|----------------|----------------------|
| 01 - Instr.Fin.Admitidos,em Adm. e Não Adm.PN | | | | | | |
| 01.01 - Instrumentos Financ. Adm. Negociação PN | | | | | | |
| 01.01.04 - Ações | | | | | | |
| BAYER AG | 914 774.32 | | (275 144.62) | 639 629.70 | | 639 629.70 |
| SANOFI | 656 427.96 | 20 336.76 | | 676 764.72 | | 676 764.72 |
| GSK PLC | 318 348.31 | 155 659.50 | | 474 007.80 | | 474 007.80 |
| QIAGEN N.V. | 82 976.57 | 121 987.03 | | 204 963.60 | | 204 963.60 |
| KONINKL. PHILIPS NV | 287 547.19 | | (182 923.31) | 104 623.88 | | 104 623.88 |
| NOVARTIS AG-REG | 1 246 352.01 | 122 055.42 | | 1 368 407.43 | | 1 368 407.43 |
| ROCHE HLD AG-GENUSSC | 1 355 397.94 | | (81 528.74) | 1 273 869.20 | | 1 273 869.20 |
| ASTRAZENECA PLC | 826 245.98 | 549 490.39 | | 1 375 736.37 | | 1 375 736.37 |
| FRESENIUS MED CARE | 144 362.92 | | (58 858.63) | 85 504.29 | | 85 504.29 |
| NOVO NORDISK AS B | 716 605.43 | 761 313.75 | | 1 477 919.18 | | 1 477 919.18 |
| MERCK KGAA | 414 062.95 | 257 256.95 | | 671 319.90 | | 671 319.90 |
| EssilorLuxottica | 377 177.35 | 145 650.65 | | 522 828.00 | | 522 828.00 |
| SMITH & NEPHEW PLC | 157 557.17 | 55 441.12 | | 212 998.29 | | 212 998.29 |
| ALMIRALL SA | 101 524.80 | | (29 204.80) | 72 320.00 | | 72 320.00 |
| GRIFOLS SA | 297 502.10 | | (96 006.17) | 201 495.93 | | 201 495.93 |
| UCB SA | 477 569.94 | 12 486.78 | | 490 056.72 | | 490 056.72 |
| Fresenius SE | 86 364.75 | | (23 496.00) | 62 868.75 | | 62 868.75 |
| GN STORE NORD A/S | 64 368.65 | | (29 804.31) | 34 564.34 | | 34 564.34 |
| HIKMA PHARMA. PLC | 130 224.64 | 65 374.29 | | 195 598.93 | | 195 598.93 |
| NOVOZYMES ASB SH | 50 743.45 | 17 824.17 | | 68 567.62 | | 68 567.62 |
| IPSEN SA | 202 151.08 | 53 721.93 | | 255 873.00 | | 255 873.00 |
| ORION OYJ CLASS B | 69 890.00 | 83 830.00 | | 153 720.00 | | 153 720.00 |
| RECORDATI SPA | 157 322.40 | 126 753.85 | | 284 076.25 | | 284 076.25 |
| DIASORIN SPA | 113 867.75 | 35 831.45 | | 149 699.20 | | 149 699.20 |
| SMITHS Group PLC | 71 764.40 | 18 349.81 | | 90 114.21 | | 90 114.21 |
| DBV Technologies | 79 290.77 | | (72 998.77) | 6 292.00 | | 6 292.00 |
| PHARMA MAR SA | 25 350.00 | 28 211.90 | | 53 561.90 | | 53 561.90 |
| GENFIT | 69 357.78 | | (60 509.14) | 8 848.64 | | 8 848.64 |
| ORPEA | 79 547.45 | | (73 375.45) | 6 172.00 | | 6 172.00 |
| NICOX | 50 237.88 | | (44 637.88) | 5 600.00 | | 5 600.00 |
| COLOPLAST-B | 191 563.10 | | (23 408.73) | 168 154.37 | | 168 154.37 |
| GENMAB A/S | 177 548.44 | 50 249.04 | | 227 797.49 | | 227 797.49 |
| LONZA GROUP AG-REG | 679 089.67 | | (231 833.45) | 447 256.22 | | 447 256.22 |
| ALCON INC | 316 164.45 | | (26 538.65) | 289 625.79 | | 289 625.79 |
| SIEMENS HEALTHINEERS | 249 988.44 | | (67 227.41) | 182 761.03 | | 182 761.03 |
| EUROFINS SCIENTIFIC | 144 521.28 | | (45 540.72) | 98 980.56 | | 98 980.56 |
| DECHRA PHARMACEU PLC | 365 521.61 | | (149 276.04) | 216 245.57 | | 216 245.57 |
| BACHEM HOLDINGAGREGB | 67 121.97 | | (14 818.47) | 52 303.49 | | 52 303.49 |
| SWEDISH ORPHAN BIOAB | 63 952.78 | | (2 860.60) | 61 092.18 | | 61 092.18 |
| VITROLIFE AB | 16 430.11 | | (6 736.55) | 9 693.56 | | 9 693.56 |
| AMPLIFON SPA | 32 970.22 | | (10 658.58) | 22 311.64 | | 22 311.64 |
| SIEGFRIED HOLDNGAGRE | 34 722.50 | | (7 932.11) | 26 790.39 | | 26 790.39 |
| EUROAPI SASU | 21 369.76 | | (17 810.31) | 3 559.45 | | 3 559.45 |
| HALEON PLC | 318 348.31 | | (183 430.34) | 134 917.96 | | 134 917.96 |
| Sub-Total: | 12 304 226.55 | 2 681 824.80 | (1 816 559.79) | 13 169 491.57 | | 13 169 491.57 |
| 01.01.05 - Ups / ações de OIC que não OII (ETFs) | | | | | | |
| ISH EUR600 HEALTHC | 590 739.07 | 2 272.53 | | 593 011.60 | | 593 011.60 |
| ISHR EUROP HEALTH €A | 763 761.03 | 0.00 | (66 963.94) | 696 797.09 | | 696 797.09 |
| Sub-Total: | 1 354 500.10 | 2 272.53 | (66 963.94) | 1 289 808.69 | | 1 289 808.69 |
| Total | 13 658 726.66 | 2 684 097.33 | (1 883 523.73) | 14 459 300.26 | | 14 459 300.26 |

Nota 3 - Quadro 2

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o exercício de 2022 foi o seguinte:

| CONTAS | SALDO 31/12/2021 | AUMENTOS | REDUÇÕES | (Valores em €) |
|-----------------------------------|---------------------|----------|----------|---------------------|
| | | | | SALDO 31/12/2022 |
| Caixa | | | | |
| Depósitos à ordem | 932 752.89 | | | 1 285 030.02 |
| Depósitos a prazo e com pré-aviso | | | | |
| Certificados de depósito | | | | |
| Outras contas de disponibilidades | | | | |
| Total | 932 752.89 | | | 1 285 030.02 |

Nota 4 – Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

1. Valorização dos activos

1.1. Momento de referência da valorização

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

O momento do dia relevante para efeitos da valorização dos activos que integram o património do Fundo será as 17 horas de Lisboa.

O momento do dia relevante para a determinação da composição da carteira, será o mesmo do parágrafo anterior, tendo em conta todas as transacções efectuadas até esse momento.

Na aferição dos pressupostos e elementos utilizados na valorização dos activos não cotados será utilizado como período de referência o horário de funcionamento da Euronext Lisboa no dia da valorização.

1.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

1.2.1. Ações

O critério adoptado para a valorização de ações (incluindo direitos susceptíveis de negociação) admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de fecho do respectivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adoptado para a valorização de ações não cotadas (incluindo direitos susceptíveis de negociação) será, por ordem de prioridade:

- utilização do preço de fecho de mercado de ações idênticas (mesmo emitente e com os mesmos direitos e características), ajustado nos casos em que os direitos que conferem sejam diferentes (dividendo diferente no ano corrente, por exemplo) por dedução da diferença do dividendo, ou, caso não existam ações idênticas;
- utilização de modelos de avaliação universalmente aceites e utilizados, baseados na análise fundamental e assentes na metodologia dos fluxos de caixa descontados (utilização do *consensus* de estimativas do *cash flow* para os próximos dois anos e de uma estimativa para o valor residual, descontado a uma taxa que inclua o prémio de risco da empresa), ou com base em múltiplos de mercado (múltiplo de resultados, múltiplo de *cash flow*, *dividend yield*, *price to book value*, etc.) de empresas comparáveis.

1.2.2. Obrigações

O critério adoptado para a valorização de obrigações admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado, excepto na situação descrita no parágrafo seguinte, é a utilização do preço de fecho do respectivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

Na falta de condições de transparência, fiabilidade e liquidez que assegurem uma valorização adequada dos activos cotados, o critério de valorização adoptado será idêntico ao das obrigações não cotadas, conforme descrito abaixo.

O critério adotado para a valorização de obrigações não cotadas será:

- utilização de ofertas de compra difundidas para o mercado através de meios de difusão de informação financeira, preferencialmente através da Bloomberg. Prioritariamente são utilizadas as ofertas das Instituições Financeiras que funcionam como *market makers* para este tipo de activos, podendo recorrer-se também à utilização do Bloomberg *Generic*.
- em caso de inexistência ou dificuldade de obtenção daquelas, recorrer-se-á a modelos de avaliação, ponderando nomeadamente os seguintes factores:
 - *spreads* de emissões comparáveis nomeadamente no que respeita à qualidade creditícia do emitente, ao sector económico, à maturidade e à estrutura da emissão;
 - *spreads* históricos, com ajustamentos justificados por alterações na qualidade creditícia do emitente ou alargamento geral dos *spreads* de crédito;
 - Liquidez da emissão, tendo em conta nomeadamente a moeda denominadora da emissão, o montante emitido, o grau de reconhecimento do emitente e a estrutura da emissão;
 - Curva de taxas de juro para actualização dos *cash flows*. No caso de obrigações de taxa variável é utilizada a *discount margin* (a margem sobre o indexante base da emissão que

igual a o valor presente dos cash flows futuros ao investimento – preço mais juros decorridos).

1.2.3. Instrumentos financeiros derivados

O critério adoptado para a valorização de instrumentos financeiros derivados admitidos à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de referência, sempre que este seja divulgado pela entidade gestora do mercado ou, caso não o seja, o preço de fecho ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adoptado para a valorização de instrumentos financeiros derivados não cotados será, para os *swaps* cambiais, utilizado como método de avaliação o modelo dos *cash flows* descontados, ponderando o diferencial da estrutura das curvas de taxas de juro das duas moedas ajustadas, por interpolação linear, às características da operação contratada.

A avaliação será feita de acordo com a informação obtida na Bloomberg (a fonte das curvas de taxas de juro é Bloomberg *standard -multiple sources*).

2. Comissões e encargos a suportar pelo Fundo

2.1. Comissão de gestão

Pelos serviços prestados pela Sociedade Gestora, ao Fundo será imputado diariamente uma comissão de gestão de 1,45% anual na Classe A e na Classe B, calculada sobre o valor global do Fundo, a qual lhe será cobrada mensalmente.

A comissão de gestão da Classe A será parcialmente destinada à remuneração dos serviços prestados pela entidade comercializadora, sendo parte integrante da comissão de gestão da Classe A, a comissão cobrada anualmente é de 0.950%, calculada diariamente e cobrada mensalmente.

2.2. Comissão de depósito

Pelo exercício das suas funções de depositário, a entidade depositária terá direito a uma comissão de depósito de 0,05% anual, calculada sobre o valor global do Fundo, sendo-lhe imputado diariamente e cobrado mensalmente.

2.3. Outros encargos

As despesas relativas à compra e venda de valores por conta do Fundo constituem encargos deste (designadamente comissões de corretagem, taxas de bolsa e outros encargos legais e fiscais).

É devida à CMVM uma taxa de supervisão imputada diariamente ao Fundo e cobrada mensalmente.

As despesas com auditorias externas e revisores oficiais de contas, exigidas pela lei em vigor, constituem também encargos do Fundo.

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do Fundo.

3. Política de rendimentos

O Fundo é um Fundo de capitalização, isto é, não distribui rendimentos, sendo os mesmos incorporados no valor da unidade de participação.

Nota 5 – Os resultados obtidos pelo Fundo no exercício de 2022 apresentaram a seguinte composição:

| Natureza | Proveitos e ganhos (Valores em €) | | | | | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|------------|--------------|------------------------------|----------------|-----------------------|------------|
| | Ganhos de capital | | | Ganhos com carácter de juro | | | |
| | Mais valias | | Soma | Juros Vencidos | Juros Corridos | Rendimento de títulos | Soma |
| | Potenciais | Efetivas | | | | | |
| Operações à vista | | | | | | | |
| Ações | 4 152 573.74 | 847 181.16 | 4 999 754.90 | | | 234 034.59 | 234 034.59 |
| Unidades de Participação | 208 619.34 | 151 543.59 | 360 162.93 | | | 7 424.68 | 7 424.68 |
| Depósitos | | | | | | | |
| Operações a prazo | | | | | | | |
| Cambiais | | | | | | | |
| Forwards | 193 134.27 | | 193 134.27 | | | | |
| Custos e perdas (Valores em €) | | | | | | | |
| Natureza | Perdas de capital | | | Juros e comissões suportados | | | |
| | Menos valias | | Soma | Juros Vencidos e comissões | Juros Corridos | Soma | |
| | Potenciais | Efetivas | | | | | |
| | Operações à vista | | | | | | |
| Ações | 6 205 300.15 | 130 363.87 | 6 335 664.02 | | | | |
| Unidades de Participação | 470 248.26 | 3 411.08 | 473 659.34 | | | | |
| Depósitos | | | | | | | |
| Operações a prazo | | | | | | | |
| Cambiais | | | | | | | |
| Forwards | 158 287.50 | | 158 287.50 | | | | |
| Comissões | | | | | | | |
| De gestão | | | | 75 751.45 | | 75 751.45 | |
| De comercialização | | | | 143 927.69 | | 143 927.69 | |
| De depósito | | | | 7 575.19 | | 7 575.19 | |
| Da carteira títulos | | | | 14 844.54 | | 14 844.54 | |
| Taxa de supervisão | | | | 2 285.52 | | 2 285.52 | |

Nota 7 – O desdobramento das contas de provisões acumuladas no exercício de 2022, apresentaram a seguinte composição:

| CONTAS | SALDO 31/12/2021 | AUMENTOS | REDUÇÕES | (Valores em €) |
|-------------------------------|---------------------|----------|-----------|---------------------|
| | | | | SALDO 31/12/2022 |
| 481 - Provisões para encargos | | | | |
| - Para impostos a pagar | 264 626.18 | | 82 972.41 | 181 653.77 |

Nota 9 – Impostos e taxas

Em conformidade com o artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os rendimentos obtidos pelos Fundos de investimento mobiliário em território português são tributados em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas de acordo com o seguinte detalhe:

No exercício de 2022, os montantes registados na rubrica de impostos da demonstração de resultados apresentam a seguinte composição de acordo com o tipo de rendimento gerador de tributação:

| | |
|------------------------|------------------|
| IRC - Lucro Tributável | 0.00 |
| Imposto de selo | 16 702.79 |
| | <u>16 702.79</u> |

• Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”)

O Fundo é tributado, à taxa geral de IRC (21%), sobre o seu lucro tributável, o qual corresponde ao resultado líquido do exercício, deduzido dos rendimentos (e gastos) de capitais, prediais e mais-valias obtidas, bem como dos rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam a seu favor.

O Fundo está, ainda, sujeito às taxas de tributação autónoma em IRC legalmente previstas, mas encontra-se isento de qualquer derrama estadual ou municipal.

Adicionalmente, pode deduzir os prejuízos fiscais apurados aos lucros tributáveis, caso os haja, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores. A dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável.

• Imposto do Selo

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do Fundo, à taxa de 0,0125%

Nota 11 - EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de Dezembro de 2022, o Fundo detinha as seguintes posições em moeda estrangeira:

| Moeda | | Posição à vista | Futuros | Posição a prazo | | Opções | Total a prazo | Posição Global |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|---------|-----------------|-------|--------|---------------|---------------------|
| | | | | Forwards | Swaps | | | |
| CHF | Franco Suíço | 3 405 341.27 | | | | | | 3 405 341.27 |
| DKK | Coroa Dinamarquesa | 14 701 982.86 | | | | | | 14 701 982.86 |
| GBP | Libra Inglesa | 2 398 394.23 | | | | | | 2 398 394.23 |
| SEK | Coroa Sueca | 787 264.80 | | | | | | 787 264.80 |
| Contravalor em Euros | | 8 210 194.06 | | | | | | 8 210 194.06 |

Nota 15 – DIVERSOS CUSTOS IMPUTADOS AO FUNDO EM DEZEMBRO DE 2022

Os diversos custos imputados aos Fundos de investimento mobiliário em 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

| Custos imputados ao Fundo em 2022 | Valor (em Euros) | Percentagem de VLGF (1) |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------------|
| Comissão de Gestão | 78 781.51 | 0.52% |
| Componente Fixa | 78 781.51 | 0.52% |
| Componente Variável | 0.00 | 0.00% |
| Comissão de Comercialização | 149 684.80 | 0.99% |
| Comissão de Depósito | 7 878.20 | 0.05% |
| Taxa de supervisão | 2 285.52 | 0.02% |
| Custos de auditoria | 1 845.00 | 0.01% |
| Imposto do selo aplicável ao Fundo | 7 612.62 | 0.05% |
| Outros encargos | 721.48 | 0.00% |
| Total | 248 809.12 | 1.64% |
| Taxa Encargos Correntes(TEC) | | 1.64% |

(1) Média relativa ao período de referência.

Nota 16 – Remunerações pagas pela Sociedade aos colaboradores da MGA em 2022

| Tipo de remuneração | 2022 |
|-------------------------|--------------|
| Órgãos de Gestão | 786 990.81 |
| Conselho Fiscal | 76 537.90 |
| Colaboradores | 1 263 822.47 |
| Número de colaboradores | 33 |

Nota: informação respeitante ao quadro de Colaboradores da Montepio Gestão de Activos.

Nota 17 – Impactos no OIC

O exercício de 2022 ficou marcado pelo início da guerra na Ucrânia e pelo aumento da inflação nas economias mundiais assim como, na implementação de medidas monetárias pelos principais bancos centrais para diminuição da pressão inflacionista sobre a economia.

A Montepio Gestão de Activos, na qualidade de sociedade gestora do Fundo, continuará a acompanhar de perto a evolução das situações indicadas, atuando, sempre que necessário, tendo ativado o plano de continuidade de negócio, de forma a garantir capacidade de resposta efetiva e permanente às solicitações e rotinas operacionais ultrapassando os diversos constrangimentos que se colocaram à continuidade da atividade.

Assim, num cenário de significativa incerteza, como sobretudo sobre os impactos na economia, mostrou-se da maior importância a proatividade no desenho e implementação de medidas específicas implementadas pela Sociedade Gestora, com vista à minimização de cenários de incumprimento e estratégias de minimização dos riscos, em ordem a assegurar a continuidade e saúde financeira do Fundo.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora entende que as atuais circunstâncias excecionais referidas anteriormente, não põem em causa a continuidade das operações do Fundo.

Lisboa, 14 de março de 2023

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Montepio Euro Healthcare - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações** (adiante designado por Fundo), gerido pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (adiante designada por Entidade Gestora), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 15 748 864 euros e um total de capital do Fundo de 15 449 647 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1 436 753 euros), a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Montepio Euro Healthcare - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do Fundo;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do Fundo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material,

devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do Fundo, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

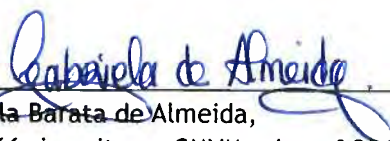
Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, na sua redação atual, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- (i) o adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- (ii) a adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (iii) o controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;

- (iv) o cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (v) o controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (vi) o controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- (vii) o cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 16 de março de 2023



Ana Gabriela Barata de Almeida,
(ROC n.º 1366, inscrita na CMVM sob o n.º 20160976)
em representação de BDO & Associados - SROC